



**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - ACRIDAS

EXERCÍCIO DE 2018

Curitiba (PR), 24 de abril de 2019.

Parecer 01.121.19

Ilmos. Srs.

Administradores, Diretores e Conselheiros da
ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - ACRIDAS
Curitiba – PR

Prezados Senhores:

Passamos a V. Sas., nosso Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis da Associação Cristã de Assistência Social - ACRIDAS, relativo ao exercício encerrado em 31/12/2018.

Permanecendo ao inteiro dispor de V. Sas., para quaisquer esclarecimentos adicionais julgados necessários, subscrevemo-nos.

Atenciosamente.

AUDIPLAN AUDITORES INDEPENDENTES S/C
CRC-PR Nº 4.400/O-3
Contador, João André de Ávila
CRC-PR Nº. 50.061/O-0

Ilmos. Srs.

Administradores, Diretores e Conselheiros da
ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - ACRIDAS
Curitiba – PR

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da **ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - ACRIDAS**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do superávit/déficit do exercício, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - ACRIDAS**, em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Os ativos imobilizados do **ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - ACRIDAS** estão apresentados no balanço patrimonial ao custo contábil líquido em 31 de dezembro de 2018 de R\$ 4.654.795,25.

Ao aplicarmos nossos procedimentos de auditoria para análise da eficiência dos controles da Entidade sobre esses bens, constatamos que, a entidade não disponibilizou o controle de imobilizado que respaldasse a sua movimentação, por consequência, ficamos impossibilitados de emitir opinião sobre os saldos do ativo imobilizado, bem como o respectivo valor contábil da despesa de depreciação em 31 de dezembro de 2018.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais

responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentados para fins de comparabilidade, foram anteriormente por nos auditados, com emissão do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis, datado em 23 de março de 2018, com as seguintes ressalvas:

Na análise da eficiência dos controles da Entidade sobre esses bens, constatamos que os controles não são efetivos, sendo que nos encontramos impossibilitados de certificar quanto à integridade dos valores registrados nessa conta, bem como seus possíveis reflexos nas contas patrimoniais, considerando que: i) os saldos apresentados nos controles patrimoniais não correspondem ao saldo contábil registrado em 31 de dezembro de 2017; ii) não foi possível certificar-se que todos os bens estão sendo devidamente depreciados e iii) não foi possível certificar que os saldos da depreciação acumulada dos bens estão corretamente registrados; iv) identificamos que muitos bens que já estão totalmente depreciados continuam sendo depreciados, gerando despesas de depreciações a maior em exercícios passados, no montante em 31 de dezembro de 2016 de R\$ (79.563.74) e em 31 de dezembro de 2017 em R\$ (26.353,02). O Pronunciamento contábil CPC PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, seção 17 – Ativo imobilizado, bem como a Resolução CFC nº 1402/2016, que aprovou a interpretação técnica ITG 2002 (R1) – Entidade sem finalidades de Lucros, requerem que a depreciação seja calculada com base em taxas que levam em conta a expectativa de vida útil dos bens.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Entidade não possui outras informações que acompanham as demonstrações contábeis, bem como não elabora o Relatório da Administração, devido não existir outras informações a serem divulgadas além das apresentadas nas demonstrações contábeis e notas explicativas.

Em nossos trabalhos de auditoria não identificamos inconsistências, exceto quanto aos assuntos mencionados na cessão instituída “Base para opinião com ressalva”, assim como, não vieram ao nosso conhecimento outras informações relacionadas com a Entidade e as demonstrações contábeis referidas no parágrafo de opinião com ressalva.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da **ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - ACRIDAS** é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas Contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações se os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance do planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba (PR), 24 de abril de 2019.

AUDIPLAN AUDITORES INDEPENDENTES S/C
CRC-PR Nº 4.400/O-3
Contador, João André de Ávila
CRC-PR Nº. 50.061/O-0



ACRIDAS

ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - ACRIDAS

EXERCÍCIO DE 2018



ACRIDAS - ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE ASSISTÊNCIA SOCIAL CNPJ 78.552.726/0001-24 - INSCRIÇÃO
ESTADUAL ISENTO

UTILIDADE PÚBLICA: MUNICIPAL: LEI 11.123/04, ESTADUAL: LEI 14.128/03

FEDERAL: DECRETO MJ 13.284/93-89 - 20/09/94

REGISTRO CNAS E CERTIFICADO DE FILANTROPIA: 28987.012655/94-38 CMAS Curitiba: Nº 217

-COMTIBA: Nº 36 - SETP nº 487/00

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

Valores expresso em Reais (R\$)

ATIVO	NOTA	2018	2017
CIRCULANTE		939.533,02	1.106.964,31
DISPONIBILIDADES		786.816,55	954.999,45
CAIXA		1.699,56	4.297,30
BANCO CTA MOVIMENTO SEM RESTRIÇÃO		121,00	1.565,56
BANCO CTA MOVIMENTO COM RESTRIÇÕES		63.126,75	1.716,52
BANCO APLICAÇÕES FINANCEIRAS SEM RESTRIÇÃO	4	705.019,08	936.407,54
BANCO APLICAÇÕES FINANCEIRAS COM RESTRIÇÃO	4	16.850,16	11.012,53
CRÉDITOS		152.716,47	151.964,86
ADIANTAMENTOS		9.111,24	8.764,85
IMPOSTOS A RECUPERAR		2.252,17	2.252,17
OUTROS CRÉDITOS		1.150,74	0,00
VALORES A RECEBER		138.847,66	138.847,66
DESPESAS ANTECIPADAS		1.354,66	2.100,18
ATIVO NÃO CIRCULANTE		4.654.795,25	4.445.310,47
IMOBILIZADO SEM RESTRIÇÃO	20	5.669.110,58	5.916.824,13
(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA SEM RESTRIÇÃO	20	-1.014.315,33	-1.622.498,64
IMOBILIZADO COM RESTRIÇÃO		0,00	180.064,35
(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA COM RESTRIÇÃO		0,00	-29.079,37
TOTAL DO ATIVO		5.594.328,27	5.552.274,78

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



ACRIDAS - ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE ASSISTÊNCIA SOCIAL CNPJ 78.552.726/0001-24 - INSCRIÇÃO
ESTADUAL ISENTO

UTILIDADE PÚBLICA: MUNICIPAL: LEI 11.123/04, ESTADUAL: LEI 14.128/03

FEDERAL: DECRETO MJ 13.284/93-89 - 20/09/94

REGISTRO CNAS E CERTIFICADO DE FILANTROPIA: 28987.012655/94-38 CMAS Curitiba: Nº 217
-COMTIBA: Nº 36 - SETP nº 487/00

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

Valores expresso em Reais (R\$)

PASSIVO	NOTA	2018	2017
CIRCULANTE		150.524,12	143.392,85
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS		567,63	439,17
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS SEM RESTRIÇÃO		6.892,54	3.296,86
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS COM RESTRIÇÃO	6	143.063,95	135.971,52
OUTRAS OBRIGAÇÕES COM RESTRIÇÃO		-	3.685,30
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		138.847,66	138.847,66
OUTRAS OBRIGAÇÕES	7	138.847,66	138.847,66
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	21	5.304.956,49	5.270.034,27
PATRIMÔNIO SOCIAL		5.270.034,27	5.560.825,69
DÉFICIT DO EXERCÍCIO		-317.129,17	-293.410,56
AJUSTES EXERCÍCIOS ANTERIORES	19	352.051,39	2.619,14
TOTAL DO PASSIVO		5.594.328,27	5.552.274,78

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



ACRIDAS - ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE ASSISTÊNCIA SOCIAL CNPJ 78.552.726/0001-24 - INSCRIÇÃO

ESTADUAL ISENTO
UTILIDADE PÚBLICA: MUNICIPAL: LEI 11.123/04, ESTADUAL: LEI 14.128/03 FEDERAL:
DECRETO MJ 13.284/93-89 - 20/09/94
REGISTRO CNAS E CERTIFICADO DE FILANTROPIA: 28987.012655/94-38 CMAS Curitiba: Nº 217
-COMTIBA: Nº 36 - SETP nº 487/00

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT OU DÉFICIT DO EXERCÍCIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
Valores expresso em Reais (R\$)

RESULTADO	NOTA	2018	2017
RECEITA OPERACIONAIS		2.332.908,33	1.945.439,92
RECEITAS DE ATIVIDADES ASSIST. SOCIAL SEM RESTRIÇÃO	10 / 11	865.627,03	542.291,87
RECEITAS DE CONVÊNIOS GOVERNAMENTAIS COM RESTRIÇÃO	12	1.467.281,30	1.403.148,05
(-) CUSTO DAS ATIVIDADES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	15	-1.666.963,33	-1.618.731,19
CUSTO COM PESSOAL ASSISTÊNCIA SOCIAL		-1.077.508,84	-1.137.757,60
CUSTO SERV. PRESTADOS ASSISTÊNCIA SOCIAL		-589.454,49	-480.973,59
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS		-1.022.375,42	-708.974,34
PESSOAL-ADMINISTRAÇÃO		-436.002,39	-322.072,80
DESPESAS ADMINISTRATIVAS		-401.387,25	-251.070,51
IMPOSTOS E TAXAS		-1.836,21	-1.564,89
DEPRECIACÕES		-182.898,12	-117.771,65
DESPESAS COM ISENÇÃO		-251,45	-16.494,49
RESULTADOS FINANCEIROS LÍQUIDOS		39.625,25	91.817,85
(-) DESPESAS FINANCEIRAS		-12.312,44	-8.177,19
(+) RECEITAS FINANCEIRAS		51.937,69	99.995,04
OUTRAS DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS		-324,00	-2.962,80
(-) DESPESAS NÃO OPERACIONAIS		-324,00	-2.962,80
(+) RECEITAS COM ISENÇÕES OBTIDAS		392.350,99	376.171,79
(-) DESPESAS COM ISENÇÕES OBTIDAS		-392.350,99	-376.171,79
DÉFICIT DO EXERCÍCIO		-317.129,17	-293.410,56

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



ACRIDAS - ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE ASSISTÊNCIA SOCIAL CNPJ 78.552.726/0001-24 - INSCRIÇÃO
ESTADUAL ISENTO

UTILIDADE PÚBLICA: MUNICIPAL: LEI 11.123/04, ESTADUAL: LEI 14.128/03

FEDERAL: DECRETO MJ 13.284/93-89 - 20/09/94

REGISTRO CNAS E CERTIFICADO DE FILANTROPIA: 28987.012655/94-38 CMAS Curitiba: N° 217

-COMTIBA: N° 36 - SETP n° 487/00

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
Valores expresso em Reais (R\$)

Eventos	Patrimônio Social	Superávit ou Déficit	Totais
Saldo em 31 de dezembro de 2016	5.662.221,85	- 101.396,16	5.560.825,69
Incorporação Déficit do Exercício de 2016	- 97.192,44	97.192,44	-
Resultado do Exercício 2017	-	- 293.410,56	- 293.410,56
Ajuste Realizado em 2017	-	2.619,14	2.619,14
Saldo em 31 de dezembro de 2017	5.565.029,41	294.995,14	5.270.034,27
Incorporação Déficit do Exercícios de 2017	-293.410,56	293.410,56	-
Resultado do Exercício 2018	-	- 317.129,17	- 317.129,17
Ajuste Realizado em 2018	-	352.051,39	352.051,39
Saldo em 31 de dezembro de 2018	5.271.618,85	33.337,64	5.304.956,49

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



ACRIDAS - ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE ASSISTÊNCIA SOCIAL CNPJ
78.552.726/0001-24 - INSCRIÇÃO ESTADUAL ISENTO
UTILIDADE PÚBLICA: MUNICIPAL: LEI 11.123/04, ESTADUAL: LEI 14.128/03
FEDERAL: DECRETO MJ 13.284/93-89 - 20/09/94
REGISTRO CNAS E CERTIFICADO DE FILANTROPIA: 28987.012655/94-38 CMAS Curitiba: N° 217
-COMTIBA: N° 36 - SETP n° 487/00

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
Valores expresso em Reais (R\$)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
FLUXOS DE CAIXA DA ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Déficit Do Período	- 317.129,17	- 293.410,56
Depreciações	- 637.262,68	117.771,65
Provisão Passivos Contingentes	-	- 4.000,00
Contas a receber	- 751,61	- 4.544,12
Fornecedores e Provisões	7.002,81	13.596,93
Obrigações Tributárias	128,46	- 99,69
Caixa líquido atividades operacionais	- 948.012,19	- 170.685,79
Atividades de investimento		
Imobilizado	427.777,90	- 62.526,00
Vendas de Bens do Imobilizado	-	-
Depreciação dos bens vendidos/baixados	-	-
(=) CAIXA LÍQUIDO ATIVIDADES DE SERVIÇOS	<u>427.777,90</u>	<u>62.526,00</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Ajuste De Exercício Anterior	352.051,39	2.619,14
Obrigações Com Instituições Financeiras	-	-
(=) CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	<u>352.051,39</u>	<u>2.619,14</u>
(=) AUMENTO (DIMINUIÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	- 168.182,90	- 230.592,65
NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	954.999,45	1.185.592,10
NO FIM DO EXERCÍCIO	786.816,55	954.999,45
Redução de caixa e equivalentes	- 168.182,90	- 230.592,65

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



ACRIDAS - ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE ASSISTÊNCIA SOCIAL CNPJ
78.552.726/0001-24 - INSCRIÇÃO ESTADUAL ISENTO
UTILIDADE PÚBLICA: MUNICIPAL: LEI 11.123/04, ESTADUAL: LEI 14.128/03
FEDERAL: DECRETO MJ 13.284/93-89 - 20/09/94
REGISTRO CNAS E CERTIFICADO DE FILANTROPIA: 28987.012655/94-38 CMAS Curitiba: N° 217
-COMTIBA: N° 36 - SETP n° 487/00

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2018

01- CONTEXTO OPERACIONAL

ACRIDAS-Associação Cristã de Assistência Social é uma pessoa jurídica de direito privado, está registrada no CNPJ-Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob n° 78.552.726/0001-24. Está sediada na cidade de Curitiba-PR, Rua Eduardo Geronasso n° 1782.

A Entidade tem caráter filantrópico que tem por finalidade acolher crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, em regime de Casas Lares e Berçário. Promove através de seus atendimentos, as áreas de assistência social e de educação, conforme ECA- Estatuto Da criança e Adolescente.

02- APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as determinações da Lei 11.638/07, Lei 11.941/09 E ITG 2002 (R1), apresentadas comparativamente com as levantadas em 31/12/2017, expressas em reais e conjugadas com as normas de contabilidade para entidades sem fins lucrativos, consubstanciadas nas orientações emanadas do Conselho de Assistência Social e do Instituto do Seguro Social. As demonstrações contábeis incorporam os Pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as Normas Brasileiras de Contabilidade do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em vigor até a data de conclusão da elaboração das demonstrações contábeis.

03- RESUMO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A Prática contábil adotada é pelo regime de competência.

04- APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras estão demonstradas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço, com base no regime de competência.

BANCOS/APLICAÇÕES FINANCEIRAS SEM/ RESTRIÇÃO	2018	2017
Banco do Brasil C/C 209925-X	R\$ 3.507,62	R\$ 15.842,19
Banco Bradesco C/C 52900-1	R\$ 701.511,46	R\$ 867.646,63
Banco do Brasil C/C 11986-6	R\$ 0,00	R\$ 52.918,72
TOTAL	R\$ 705.019,08	R\$ 936.407,54

BANCOS/APLICAÇÕES FINANCEIRAS C/ RESTRIÇÃO	2018	2017
Banco do Brasil C/C 11766-8	R\$ 16.691,34	R\$ 10.577,02
Banco do Brasil C/C 17953-1	R\$ 5,58	R\$ 0,00
Banco do Brasil C/C 19006-3 LP	R\$ 45,89	R\$ 0,00
Banco do Brasil C/C 19005-5 CP	R\$ 107,35	R\$ 93,07
Banco do Brasil C/C 19368-2	R\$ 0,00	R\$ 292,80
Banco do Brasil C/C 19369-0 LP	R\$ 0,00	R\$ 49,64
TOTAL	R\$ 16.850,16	R\$ 11.012,53

05- SEGUROS

A entidade não contratou seguros para cobertura dos ativos e das operações, exceto para seus veículos.

06- OBRIGAÇÕES TRABALHISTA

O passivo possui obrigações trabalhistas com restrição, que somente podem ser baixados com recursos dos convênios contratados, que somam R\$ 143.063,95.

07- OUTRAS OBRIGAÇÕES

A entidade está isenta de recolhimento de cota patronal conforme ato declaratório processo 35183.004739/97-80 de 06/06/97, a partir da competência 05/97. O valor de R\$ 138.847,66 refere-se a processo que a entidade move referente a cota patronal de INSS anterior a 05/1997.

08- PROVISÕES

A entidade possui provisões da folha referente a férias, não mantém a provisão para devedores duvidosos em decorrência de suas atividades filantrópicas e assistenciais.

09- RECEITAS

As receitas da entidade são apuradas através dos comprovantes de recebimento, entre eles, avisos bancários, recibos e outros. As receitas são apuradas, excetuando-se as inadimplências e/ou valores considerados incobráveis.

10- RECEITAS DE DOAÇÕES

A entidade recebe doações de pessoa física e/ou jurídica, recebendo no exercício de 2018, um total de R\$ 647.768,73 conforme segue:

Receitas de Doações	2018	2017
Pessoa Física	R\$ 29.404,26	R\$ 45.796,37
Pessoa Jurídica	R\$ 48.580,03	R\$ 93.825,48
Material de Consumo	R\$ 350.507,93	R\$ 204.239,76
Nota Paraná	R\$ 25.979,77	R\$ 5.872,79
Serviço Voluntariado	R\$ 0,00	R\$ 2.500,00
Governo do Estado do Paraná	R\$ 150.000,00	R\$ 0,00
Outras Receitas	R\$ 16.124,74	R\$ 0,00
Doação Copel	R\$ 27.172,00	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 647.768,73	R\$ 352.234,40

11- RECEITAS PRÓPRIAS

A entidade produziu receitas através de bazar, eventos e aluguel totalizando R\$ 217.858,30 sendo:

Receitas de Próprias	2018	2017
Receita de Bazar / eventos	R\$ 204.536,30	R\$ 161.924,47
Receita de Aluguel	R\$ 13.322,00	R\$ 28.133,00
TOTAL	R\$ 217.858,30	R\$ 190.057,47

12- RECEITAS DE AUXÍLIOS E DOAÇÕES

A entidade recebeu no ano de 2018 auxílios e subvenções num total de R\$ 1.467.281,30 (um milhão, quatrocentos e sessenta e sete mil, duzentos e oitenta e um reais e trinta centavos) através de doações do governo estadual e convênios com os seguintes órgãos do poder público: FAS- Fundação da Ação Social e Secretaria de Estado da Criança e do Adolescente.

13- DESPESAS

As despesas da entidade são apuradas através de notas fiscais e recibos em conformidade com as exigências legais/fiscais.

14- APLICAÇÕES DOS RECURSOS

Os recursos da entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, em conformidade com seu estatuto social, demonstrados pelas suas despesas e investimentos patrimoniais.

15- DEMONSTRAÇÕES DAS APLICAÇÕES DE RECURSOS EM GRATUIDADE

Receitas de Atividade Assistência Social	R\$ 865.627,03
Receita de Subvenções	R\$ 1.467.281,30
Receitas Financeiras	R\$ 51.937,69
Total	R\$ 2.384.846,02
(-) Subvenções	R\$ 1.467.281,30
Base de Cálculo Gratuidade	R\$ 917.564,72

Demonstrativo da base de cálculo da gratuidade;

Receita Total: R\$ 917.564,72

Percentual mínimo exigido de aplicação da gratuidade 20%(vinte por cento) do total da receita;
 $20\% \times R\$ = R\$ 183.512,94$

As gratuidades concedidas pela entidade no exercício através de seus projetos assistenciais totalizam um montante de R\$ 1.666.963,33 sendo que foram aplicadas no atendimento integral a em média mensal 230 crianças e adolescentes nas modalidades de atendimento: casas lares, berçário e projeto independência (adolescentes).

16- ISENÇÕES

O custo da isenção da quota patronal de previdência social usufruída pela entidade no ano de 2018 foi de R\$ 297.168,33 (duzentos e noventa e sete mil, cento e sessenta e oito reais e trinta e três centavos).

A quota de isenção patronal é amparada pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). O CNAS foi instituído pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) em 1993, com a missão de promover o controle social da política pública de assistência social e contribuir para o seu permanente aprimoramento, a partir das necessidades da população brasileira. Algumas de suas principais competências são aprovar a Política Pública de Assistência Social (PNAS), regular a prestação dos serviços públicos e privados de assistência social, zelar pela efetivação do sistema descentralizado e participativo de assistência social e convocar ordinariamente a Conferência de Assistência Social.

17- DEMONSTRAÇÕES DAS ISENÇÕES DE CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

Isenção da Contribuição do INSS-Patronal	R\$ 297.168,33
Isenção da Contribuição Seg Social –Cofins	R\$ 69.987,25
Isenção da Contribuição Social	R\$ 25.195,41
Total das Isenções	R\$ 392.350,99

18- COMPARATIVO ENTRE RECEITA, GRATUIDADE E ISENÇÃO

20% total da receita	R\$ 183.512,94
Gratuidades oferecidas	R\$ 1.666.963,33
Isenção obtida	R\$ 392.350,99

19- AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

O saldo da conta Ajuste de Exercícios Anteriores no valor de R\$ 352.051,39 é decorrente de retificação imputável a exercícios anteriores que pela natureza dos ajustes não podem ser atribuídos aos fatos subsequentes, em conformidade com o Parecer de Orientação - CVM nº. 18/90 cuja composição em 31/12/2018 é a seguinte:

02/01/2018	Depreciação de 2017 e anteriores	R\$ 351.984,74
02/01/2018	Correção de saldo bancário de 2017	R\$ 66,65
Total		R\$ 352.051,39

20- ATIVO IMOBILIZADO

Conforme previsto na Interpretação Técnica ICPC 10 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovada pela Deliberação CVM nº 619/09, a entidade concluiu as análises periódicas com o objetivo de revisar e ajustar a vida útil econômica estimada para o cálculo de depreciação.

Para fins dessa análise, a entidade se baseou na expectativa de utilização dos bens, e a estimativa referente à vida útil dos ativos, bem como, a estimativa do seu valor residual, conforme experiência anterior com ativos semelhantes.

Os itens do imobilizado são apresentados pelo método do custo, deduzidos da respectiva depreciação. O custo de aquisição registrado no imobilizado está líquido dos tributos recuperáveis, e a contrapartida está registrada em impostos a recuperar quando aplicável. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do mesmo possa ser mensurado com segurança.

O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

A entidade procedeu a revisão da Vida Útil Econômica do Ativo Imobilizado de acordo com a Lei 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, atendendo em especial o Pronunciamento Técnico CPC 27, o qual aborda o assunto do ativo imobilizado e sua vida útil, e a Interpretação Técnica ICPC 10.

Metodologia utilizada para determinar o novo cálculo da depreciação

A base adotada para determinar o novo cálculo da depreciação foi a política da entidade que demonstra as novas vidas úteis e os percentuais de residual para cada item do ativo imobilizado das unidades avaliadas. Para cada família de itens a entidade estabeleceu uma nova vida útil conforme as premissas, critérios e elementos de comparação citados abaixo.

- ✓ Política de renovação dos ativos;
- ✓ Inspeção “in loco” de todas as unidades avaliadas;
- ✓ Experiência da entidade com ativos semelhantes;
- ✓ Experiência da entidade com vendas de ativos semelhantes;
- ✓ Inventários físicos de todas as unidades avaliadas;
- ✓ Informações contábeis e controle patrimonial;
- ✓ Especificações técnicas;
- ✓ Conservação dos bens;
- ✓ Política de Manutenção – Visando salvaguardar os ativos;

Na determinação da política de estimativa de vida útil, os critérios utilizados pelos técnicos foram o estado de conservação dos bens, evolução tecnológica, a política de renovação dos ativos, e a experiência da entidade com seus ativos.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

- | | |
|---------------------------|--------------------|
| ✓ Imóveis Edificados | 02-25 anos 25 anos |
| ✓ Máquinas e Equipamentos | 02-10 anos 10 anos |
| ✓ Móveis e Utensílios | 02-10 anos 10 anos |
| ✓ Veículos | 05-05 anos 05 anos |
| ✓ Outros Componentes | 02-10 anos 10 anos |

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Após a avaliação e ajustes necessários o imobilizado ficou da seguinte forma:

IMOBILIZADO BENS SEM RESTRIÇÃO	2018	2017
Edificações	R\$ 2.561.565,65	R\$ 2.561.565,65
Máquinas e Equipamentos	R\$ 112.454,06	R\$ 123.973,00
Instalações e Benfeitorias	R\$ 11.150,00	R\$ 11.150,00
Móveis e Utensílios	R\$ 158.305,78	R\$ 368.847,46
Veículos	R\$ 150.850,00	R\$ 176.112,40
Terrenos	R\$ 2.537.775,50	R\$ 2.537.775,50
Aparelhos Telefônicos	R\$ 0,00	R\$ 24.008,02
Computadores e periféricos	R\$ 73.330,94	R\$ 102.122,10
Equipamentos industriais	R\$ 0,00	R\$ 11.270,00
Eletrodomésticos	R\$ 63.678,65	R\$ 0,00
(-) Deprec,Amort e Exaust Acum	(R\$ 1.014.315,33)	(R\$ 1.622.498,64)
TOTAL	4.654.795,25	R\$ 4.294.325,49

IMOBILIZADO BENS COM RESTRIÇÃO	2018	2017
Ferramentas	0,00	R\$ 15.751,20
Móveis e Utensílios	0,00	R\$ 72.428,50
Computadores e periféricos	0,00	R\$ 30.762,71
Eletrodomésticos	0,00	R\$ 23.009,64
Veículos	0,00	R\$ 38.112,30
(-) Deprec. Amort e Exauste Acum	0,00	(R\$ 29.079,37)
TOTAL	0,00	R\$ 150.984,98

21- PATRIMÔNIO SOCIAL

O patrimônio líquido da entidade é composto por doações de ativos permanentes, superávit ou déficit e ajustes de exercícios anteriores, dispostos da seguinte forma:

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2018	2017
Patrimônio Social	R\$ 5.267.415,13	R\$ 5.560.825,69
Superávit ou Déficit	(R\$ 317.129,17)	(R\$ 293.410,56)
Ajustes de Exercícios Anteriores	R\$ 354.670,53	R\$ 2.619,14
TOTAL:	R\$ 5.304.956,49	R\$ 5.270.034,27

Gerhard Fuchs
 Presidente
 CPF 348.448.139-00

Narciso Doro Junior
 Contador – CRC-PR 033./O-8
 CPF 046.065.458-60